



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 1 • nº 08 • 26/09 a 10/10/04 • ISSN 1809-6182

Análises

05/10/2004 - Encerrando a Guerra Fria: A Revisão da Postura Global dos EUA.....p.01

A redefinição do desdobramento internacional das Forças Armadas dos EUA não se deve a fatores conjunturais, mas sim a uma reflexão amadurecida e consistente acerca de processos profundos de natureza política, tecnológica, organizacional e administrativa.

07/10/2004 - Situação Emergencial no Haiti.....p.08

Os graves problemas sociais e humanitários e a instabilidade política exaltam a importância da presença das forças das Nações Unidas no Haiti.

08/10/2004 - Argentina, a dívida externa e o FMI: um novo paradigma?...p.10

A recente negociação do Governo argentino com o FMI tem algumas implicações para América Latina. Numa situação de recuperação da economia Argentina, mesmo em situação de "default", o acordo assinado favorece mais os objetivos de crescimento do que as exigências por ajuste. Nesse sentido, o artigo salienta a "nova" postura do governo argentino frente aos organismos multilaterais e frente aos credores internacionais.

Resenhas

28/09/2004 - Negociações sobre a inspeção da AIEA no Brasilp.13

Marcada para 18 de Outubro próximo, a inspeção pela Agência Internacional de Energia ainda necessita acordo e sofre pressão de *experts* americanos.

30/09/2004 - Colômbia: política de segurança de Alvaro Uribep.15

A atual política de segurança do governo colombiano levanta questionamentos quanto às suas perspectivas de eficácia, principalmente no que tange à contenção das atividades ilegais no âmbito das regiões fronteiriças.

01/10/2004 - Mercosul: inovações internas e externas.....p.17

O Mercosul negocia um acordo de livre comércio com a União Européia e ao mesmo tempo revê organização interna no marco de sua primeira década de funcionamento.

06/10/2004 - Paquistão e o terrorismo.....p.19

Enquanto a posição oficial do país é a de combate ao terrorismo aliado aos Estados Unidos, grande parte da população apóia e milita junto a grupos fundamentalistas islâmicos, entre esses, a Al Qaeda.

08/10/2004 - As taxas de crescimento econômico da América Latina voltam a subirp.21

Depois da década de 90, quando se observou uma recessão na maioria dos países da América Latina, as taxas de crescimento econômico voltam a subir e muitos países conseguem reverter o déficit na balança comercial.

08/10/2004 - Aproxima-se prazo estabelecido para conclusão do acordo de livre comércio entre Mercosul e UE.....p.24

O prazo estabelecido para a conclusão de um acordo de livre comércio entre Mercosul e União Européia - dia 31 de outubro - aproxima-se e as negociações prosseguem de forma menos concertada do que se previa.

Especial

08/10/2004 - Estados Unidos: Sistema Eleitoral.....p.26

O processo eleitoral americano pode ser resumido em duas etapas: a escolha do candidato de cada partido a Presidente e a escolha do Presidente.

Encerrando a Guerra Fria: A Revisão da Postura Global dos EUA

Análise
Segurança

Prof. Eugenio Diniz
05 de outubro de 2004

A redefinição do desdobramento internacional das Forças Armadas dos EUA não se deve a fatores conjunturais, mas sim a uma reflexão amadurecida e consistente acerca de processos profundos de natureza política, tecnológica, organizacional e administrativa.

Em 16 de agosto de 2004, o Presidente dos EUA, George W. Bush, anunciou num discurso que, ao longo dos próximos dez anos, algo entre 60 mil e 70 mil membros das Forças Armadas permanentemente desdobrados¹ no exterior passariam a sediar-se no território continental dos EUA, além de mais aproximadamente 100 mil pessoas, entre funcionários civis e familiares. Numa coletiva no mesmo dia, autoridades do Pentágono confirmaram que uma parcela significativa desse total proviria da Europa e da Ásia — principalmente da Alemanha e Coréia do Sul. Essa informação foi reiterada pelo Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, em audiência à Comissão de Forças Armadas do Senado

(Senate Armed Services Committee), em 23 de setembro de 2004.

Houve quem identificasse nessa proposta, que vem sendo chamada de Revisão da Postura Global (Global Posture Review), seja uma retaliação à Alemanha, por causa de sua atitude com relação ao Iraque; seja a consequência de uma suposta maior necessidade de forças no Iraque; seja uma manobra eleitoreira, por causa da proximidade das eleições. Essas avaliações não só não fazem sentido em si mesmas, como não levam em consideração os processos e antecedentes históricos que levaram à Revisão da Postura Global.

Em primeiro lugar, deve-se atentar para o fato de que a redistribuição dessas forças se dará ao longo de dez anos, o que é um horizonte de tempo muito longo para que isso pudesse vir a fazer efeito significativo hoje no Iraque — se é que uma quantidade maior de forças dos EUA no Iraque é realmente necessária nesse momento. Ainda que fosse, essas forças poderiam ser apenas realocadas temporariamente, sem o transtorno político inevitavelmente gerado por qualquer anúncio de uma redefinição política substancial com impacto duradouro. De fato, aliás, a Segunda Brigada da Segunda Divisão de Infantaria,

¹ O termo é aqui empregado como equivalente do inglês *deployment*, cujos significados são, segundo o manual FM 101-5-1 *Operational terms and Graphics* do Exército dos EUA: “1. O movimento de forças entre áreas de operações; 2. A passagem de forças para a posição de batalha; 3. A realocação de forças e material para determinadas áreas de operações; 4. Desdobramento inclui todas as atividades da sede ou instalação de origem até o destino (...); 5. As atividades necessárias para preparar e mover uma força, seus equipamentos e suprimentos para a área de operações em resposta a uma crise ou desastre natural” (FM 101-5-1, 1997: 1-51)

cuja base é na Coreia do Sul, já estava temporariamente desdobrada no Iraque bem antes desse anúncio; a I Divisão Blindada e parte da I Divisão de Infantaria Mecanizada, sediadas na Alemanha, também.

Em segundo lugar, dos aproximadamente 12.500 soldados que seriam retirados da Coreia do Sul, aproximadamente 3.700 – que constituem a Brigada mencionada acima – já se encontram no Iraque e, quando forem retirados de lá, entre julho e agosto de 2005, passarão a ser permanentemente alocados a uma base no território continental dos EUA; dos que serão transferidos da Alemanha, aproximadamente 13.800 – que fazem parte das Divisões mencionadas acima – já se encontram no Iraque, e sua unidade também passará a ser baseada no território continental dos EUA.

Em terceiro lugar, se, no caso da Alemanha, a intenção fosse puni-la pelo seu comportamento na questão do Iraque, como avaliar a decisão de retirar forças da Coreia do Sul, que integra a Força Multinacional no Iraque com um contingente próprio de aproximadamente 2.800 soldados (ocupando o quarto lugar em termos de contribuição de efetivos)? Se a intenção fosse punir a Alemanha, qual o sentido de, à retirada das duas divisões pesadas hoje sediadas na Alemanha – a I Divisão Blindada e a I Divisão de Infantaria Mecanizada, já mencionadas –, seguir-se, conforme já foi estabelecido, a transferência para a Alemanha de uma outra brigada, ainda que mais leve, mais rápida, mais fácil de ser deslocada?

Por fim, mesmo que o momento do anúncio tenha se dado proximamente às eleições nos EUA, isso não ajuda a compreender a razão de ser da proposta; de resto, é difícil ver como esse anúncio poderia ter algum impacto eleitoral significativo. Mesmo que se considere que o anúncio visaria a tornar a decisão difícil de se revertida em caso de vitória do Senador John Kerry nas eleições

presidenciais, isso não explica, mais uma vez, o porquê da decisão.

Na verdade, a Revisão da Postura Global decorre da convergência de vários processos distintos, todos eles anteriores não só à invasão do Iraque, mas também aos atentados de setembro de 2001, e cujas raízes são anteriores à eleição do Presidente Bush.

Até 1989, os EUA mantinham na Europa, particularmente na Alemanha, entre 300.000 e 400.000 efetivos das diversas Forças Armadas. Esse contingente tinha um importante papel na dissuasão e contenção de uma invasão soviética sobre a Europa Ocidental. Entretanto, sua principal função era dar garantias aos membros europeus da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN de que, caso aquela invasão ocorresse, os EUA estariam, desde o primeiro momento e inevitavelmente, dragados para dentro do conflitos. Sem essa garantia, a antiga Alemanha Ocidental poderia temer ser abandonada pelos EUA e demais aliados num primeiro momento, de modo a permitir uma defesa em maior profundidade contra as forças soviéticas. Os demais membros europeus da OTAN, por sua vez, poderiam temer que, na hora da verdade, os EUA não se arriscassem a um conflito que poderia escalar, pondo seu próprio território em risco de um ataque nuclear. A presença de um contingente expressivo dos EUA tornava isso impossível: aqueles soldados e suas famílias seriam necessariamente protegidos e apoiados pelos EUA, e, mesmo que fossem vencidos, isso significaria que os EUA já estariam irremediavelmente engajados no conflito.

Com o fim da União Soviética, o enfraquecimento da Rússia e a expansão da OTAN, esse desdobramento deixou de fazer sentido. Ao longo das administrações dos Presidentes George H. W. Bush e, principalmente, William J. Clinton, aquele contingente foi sendo progressivamente reduzido até os atuais

116.000². Essa redução, porém, foi largamente inercial, não se devendo a nenhuma redefinição conceitual do papel dessas forças.

No que se refere à Coreia do Sul, forças estadunidenses estão mais ou menos no mesmo lugar onde estavam há 51 anos, após a Guerra da Coreia. Nesse caso, a lógica era um pouco diferente: as forças estavam ali principalmente para dissuadir ou enfrentar uma invasão norte-coreana, ainda que eventualmente apoiada pela China, e não tanto para garantir um engajamento como no caso da Europa. Hoje na Coreia do Sul estão presentes 33.000 soldados (incluindo os que estão hoje no Iraque), de um total de aproximadamente 145.000 alocados ao Comando do Pacífico dos EUA (USPACOM), e aproximadamente 140.000 da Esquadra do Pacífico.

Comparada à Coreia do Norte, hoje, a Coreia do Sul tem um PIB de 476 bilhões de dólares (2002), contra 20 bilhões (est. 2002) de dólares da Coreia do Norte; uma população de aproximadamente 48 milhões de pessoas, contra 22 milhões da Coreia do Norte. É evidente que a força nominal da Coreia do Norte (est. mais de 1 milhão nas três Forças) não é sustentável, como força eficaz, na situação econômica vigente no país. Por sua vez, a Coreia do Sul dispõe de um total de 686.000 soldados nas suas Forças Armadas, bem equipadas.

Adicionalmente, mesmo os efetivos dos EUA que estejam alocados para ajudar na defesa da Coreia do Sul poderiam colaborar melhor caso estivessem fora do alcance da artilharia norte-coreana, principalmente se pudessem se deslocar rapidamente – como no caso de aeronaves, por exemplo. Mesmo sem uma reconfiguração do perfil das forças

desdobradas na Coreia do Sul, elas poderiam ser mais úteis estando um pouco afastadas da Zona Desmilitarizada entre as duas Coreias – principalmente no caso de a Coreia do Norte efetivamente possuir artefatos nucleares. Aqui, mais ainda que na Europa, a situação atual parece decorrer antes de inércia política e organizacional que de uma postura coerente.

É simplesmente natural que, a uma transformação do ambiente político do porte do fim da União Soviética, se seguisse, por parte dos EUA, uma reavaliação da configuração política global e de qual seria sua postura no novo ambiente. Pois bem, a União Soviética extinguiu-se em dezembro de 1991, e, já em fevereiro de 1992, circulava no Pentágono uma primeira versão de uma Orientação para o Planejamento de Defesa (*Defense Planning Guidance*)³. Nessa versão de fevereiro de 1992, já se manifestavam alguns temas que voltariam a surgir na atual administração do Presidente George W. Bush. O mais conspícuo destes era a idéia de que o principal objetivo dos EUA deveria ser impedir a emergência de algum rival ou competidor, o que implicava impedir que qualquer potência hostil dominasse uma região com recursos suficientes para gerar poder em escala global. Essa constatação implicaria ainda, segundo os fragmentos do documento que vieram a público, uma nova estratégia de defesa regional – nos termos de hoje, uma revisão de postura global – concentrada nas regiões da Europa Ocidental, na área da antiga União Soviética, no Leste da Ásia e no Sudoeste da Ásia / Oriente Médio.

A autoria desse documento foi atribuída a

² 102.000 pertencem ao Comando Europeu (EUCOM) dos EUA e, destes, 57.300 estão na Alemanha; os outros 14.000 pertencem à 6ª Esquadra (Mediterrâneo) dos EUA, incluindo 2.200 Marines.

³ Documento anual, de responsabilidade do Subsecretário de Defesa para Políticas, que estabelece as diretrizes para a alocação de recursos por parte da Marinha, Exército, Força Aérea e Corpo de Fuzileiros Navais (*Marine Corps*) e outras agências governamentais envolvidas, que culmina com a proposta do Orçamento de Defesa.

Paul Wolfowitz, hoje Secretário Adjunto de Defesa da atual administração estadunidense. O documento vazou para a imprensa e só foi aprovado pelo então Secretário de Defesa e atual vice-presidente dos EUA, Richard Cheney, após algumas modificações. Na administração Clinton, essa discussão não foi adiante em organismos oficiais. Entretanto, em alguns círculos acadêmicos e políticos, ela prosseguiu, ao ponto inclusive de elaborar propostas detalhadas. A mais visível e mais articulada politicamente destas foi consolidada no documento *Reconstruindo as Defesas da América*, da organização “Projeto para um Novo Século Americano”, divulgado em 2000. Dentre os membros dessa organização, constam: o já mencionado Paul Wolfowitz; o atual Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld; o irmão do Presidente Bush e atual governador da Flórida, Jeb Bush; e alguns intelectuais e articulistas conhecidos. Embora algumas das propostas do documento não coincidam totalmente com alguns pontos da Revisão da Postura Global, há uma significativa convergência de questões, temas e problemas. De fato, vários destes foram expressos em documentos da atual administração, principalmente a Revisão Quadrienal de Defesa (QDR – Quadrennial Defense Review), de setembro de 2001, e a Estratégia de Segurança Nacional (NSS – National Security Strategy, de setembro de 2002). Uma das vertentes que confluem na Revisão da Postura Global, portanto, é a da reflexão sobre o novo ambiente político internacional após o fim da União Soviética e quais seriam os principais desafios e necessidades dos EUA nesse novo ambiente.

Uma outra vertente decorre de um conjunto de inovações tecnológicas que tiveram grande impacto em munições, sistemas de armamento e sistemas de comando e controle. Muitos já devem ter ouvido falar de munições guiadas de precisão (*precision-guided munitions*),

tecnologias “invisíveis” ou furtivas (*stealth*), da integração telemática de sensores e sistemas de comando e controle e de inovações significativas na área de transporte. Esse conjunto de inovações – que muitos chamam, inapropriadamente, de Revolução nos Assuntos Militares (RMA – *Revolution in Military Affairs*) – foi absorvido nas Forças Armadas dos EUA tranqüilamente, até com entusiasmo; mas de maneira incremental. O sucesso na Guerra do Golfo de 1991 talvez tenha até mesmo reforçado essa tendência de absorção gradual.

Entretanto, já no final da década de 1990, começava a difundir-se a percepção de que a convergência dessas inovações não só permitia, mas exigia uma reconfiguração radical das Forças Armadas dos EUA, que pudesse lhes trazer significativos ganhos em termos de flexibilidade, mobilidade, economia de recursos e pessoas, ao mesmo tempo aumentando sua capacidade combatente. Num discurso em 23 de setembro de 1999 – mais de um ano antes das eleições –, o então Governador do Texas e pré-candidato do Partido Republicano à Presidência da República, George W. Bush, já expressava essa idéia como parte de suas propostas, deixando claro que se tratava de um empreendimento de longo prazo:

“Como presidente, iniciarei uma revisão imediata e abrangente de nossas Forças Armadas – da estrutura das forças, do estado de suas estratégias, das suas prioridades de aquisição –, a ser conduzida sob a liderança de uma equipe sob o Secretário de Defesa. Darei ao Secretário um amplo mandato – de desafiar o status quo e conceber uma nova arquitetura para a defesa americana pelas décadas adiante de nós. Modernizaremos alguns armamentos e equipamentos, necessários para as tarefas de hoje. (...) A meta verdadeira é ir além de melhorias marginais – substituir os atuais programas com novas tecnologias e estratégias. (...) Nossas forças no próximo século devem ser ágeis, letais, prontamente desdobráveis, e exigir o mínimo de apoio logístico. Temos

que ser capazes de projetar nosso poder a longas distâncias em dias ou semanas, e não em meses. (...) Mesmo se eu for eleito, eu não comandarei as novas forças que criaremos. Isso será deixado para um presidente que vier depois de mim. Os resultados de nossos esforços não serão percebidos por muitos anos.” (tradução livre)

Já durante sua administração, essas idéias foram levadas adiante pelo Secretário de Defesa Donald H. Rumsfeld sob o mote da “Transformação das Forças Armadas”. A nova ênfase em mobilidade, prontidão e rapidez no desdobramento, incorporando a extraordinária eficiência das munições guiadas de precisão, seria o segundo processo de longo prazo a convergir na Revisão da Postura Global, por permitir produzir unidades com capacidade combatente equivalente ou superior às dos anos 1990, de maneira ao mesmo tempo mais econômica e mais segura. Graças à maior mobilidade e rapidez, toda a cadeia de bases de alocação de unidades e de repositonamento de equipamentos, suprimentos e munições não só poderia, como deveria ser totalmente redefinida.

O terceiro processo que converge na Revisão da Postura Global é também o que parece explicar melhor o momento do seu anúncio pelo Presidente Bush. Começando em 1988, como reflexo dos acontecimentos políticos da época, o Departamento de Defesa dos EUA, autorizado pelo Congresso, conduziu quatro rodadas de Realinhamentos e Encerramentos de Bases (BRACs – *Base Realignments and Closures*): 1988, 1991, 1993 e 1995. No total, foram fechadas, nos Estados Unidos, 97 instalações de maior porte. Estima-se que esse processo tenha resultado numa economia de 17 bilhões de dólares em 2001, e de 7 bilhões por ano desde então. Entretanto, reconhecendo a alteração do panorama político internacional e as redefinições em curso no Departamento de Defesa desde 1995, o Congresso estadunidense autorizou, em 2001, uma nova rodada BRAC para 2005.

Ora, se várias das unidades desdobradas em outros países serão não extintas, mas transferidas para o território continental dos EUA, é preciso saber onde elas ficarão sediadas, e é preciso ter lugar para elas se instalarem. Dependendo dessa decisão, algumas bases poderão ser fechadas ou não. Como a rodada BRAC terá que ser concluída em 2005, a decisão sobre remoção de unidades para o território continental dos EUA tinha que ser tomada, simplesmente, já.

A Revisão da Postura Global dos EUA, portanto, é fruto de uma reflexão amadurecida e consistente, que parte: de uma análise da realidade política global e da inserção dos EUA nessa realidade; da consideração sistemática do impacto tático e logístico de inovações técnicas; da consideração sistemática das implicações organizacionais dessas inovações; e de uma racionalização administrativa, decorrente de todo esse conjunto de desenvolvimentos, de modo a obter maior eficiência dos gastos com defesa. Essa reflexão foi sendo construída ainda durante a administração de George H. W. Bush, ou “Bush pai”, mas principalmente ao longo dos anos em que o Partido Republicano esteve na oposição, até ser anunciada pelo ainda candidato George W. Bush, ou “Bush filho” e, finalmente, estabelecida como política na sua administração.

Nada tão sistemático e consistente existe hoje no âmbito do Partido Democrata e da candidatura do Senador John Kerry. Em matéria de defesa, estes se limitam a questionar decisões e opções da atual administração – e, mesmo assim, de maneira um tanto errática e inconsistente –, mas não a visão geral. Por exemplo, em seu plano de governo, o Senador Kerry defende o aumento do efetivo permanente das Forças Armadas dos EUA em 40.000 soldados; em outros pronunciamentos, ele esclarece um pouco mais a questão, referindo-se a mais duas divisões do Exército. Não obstante, em nenhum momento há qualquer menção a

uma justificativa conceitual para esse aumento; trata-se apenas de uma reação ao que o Senador chama de superextensão das Forças Armadas estadunidenses e ao extenso uso de reservas. O tom do debate nesse assunto é inteiramente determinado pela atual administração.

Isso não necessariamente significa que os oponentes do Presidente Bush endossem suas posições. Significa que, pelo menos até agora, eles não apresentaram nenhuma alternativa. Tendo em vista que a nova Rodada BRAC será concluída em 2005, é bastante plausível que, em caso de uma vitória do Senador John Kerry, a Revisão de Postura Global prossiga como definido pela atual administração, ainda que simplesmente por inércia. Ao mesmo tempo, como os Democratas não têm clareza quanto a uma Postura Global, é também possível que, em caso de vitória do Senador Kerry, seu comportamento na matéria seja errático, ao sabor de oscilações políticas circunstanciais, embora constrangido por outros aspectos – como, por exemplo, a disponibilidade de instalações. O ponto é: ao que tudo indica, mesmo em caso de vitória dos Democratas, não serão eles que terão pautado o rumo dos acontecimentos. Se a Revisão da Postura Global prosseguir, será a partir dos termos ditados pela Administração Bush; se não prosseguir ou for fortemente modificada, isso se deverá à resistência alheia.

Referência

- Bush, George W. *A Period of Consequences*. Discurso pronunciado em 23 de setembro de 1999. http://ww.fas.org/spp/starwars/program/news99/92399_defense.htm Acesso em 4 de outubro de 2004.
- Bush, George W. *President Remarks to Veterans of Foreign Wars Convention*. 16 de agosto de 2004. <http://ww.whitehouse.gov/news/releases/2004/08/print/20040816-12.html> Acesso em 27 de setembro de 2004.
- “Excerpts from Pentagon’s Plan: ‘Prevent the Re-Emergence of a New Rival’”. *The New York Times*, 7 de março de 1992. <http://work.colum.edu/~amiller/wolfowitz1992.htm> Acesso em 5 de outubro de 2004.
- International Institute for Strategic Studies. “The US global posture review: Will redeployment ease the strain?” *IISS Strategic Comments*. Vol 10, nº 7 (outubro de 2004). <http://ww.iiss.org> Acesso em 1º de outubro de 2004.
- International Institute for Strategic Studies. *The Military Balance 2003-2004*. London, Oxford University Press, 2003.
- Kerry, John; Edwards, John. *Our Plan for America: Stronger at Home, Respected in the World*. 2004. <http://ww.johnkerry.com> Acesso em 2 de agosto de 2004.
- Project for the New American Century. *Rebuilding America’s Defenses: Strategy, Forces and Resources for a New Century*. <http://www.newamericancentury.org/RebuildingAmericasDefenses.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2002.
- Rumsfeld, Donald H. *Testimony as prepared for delivery by Secretary of Defense Donald H. Rumsfeld, Senate Armed Services Committee, Washington, DC, Thursday, September 23, 2004*. <http://www.defenselink.mil/speeches/2004/sp20040923-secdef0783.html> Acesso em 4 de outubro de 2004.
- Strategic Forecasting. *Geopolitical Diary: Tuesday, Aug.17,2004*. <http://www.stratfor.biz>. Acesso em 4 de outubro de 2004.
- United States Department of Defense. *Defense Department Background Briefing on Global Posture Review*. 16 de agosto de 2004. <http://www.defenselink.mil/transcript>

<ts/2004/tr20040816-1153.html>. Acesso em 22 de agosto de 2004.

United States Department of Defense.
*Report Required by Section 2912 of the
Defense Base Closure and Realignment Act
of 1990, as amended through the National
Defense Authorization Act for Fiscal Year
2003.* March 23, 2004.
http://www.defenselink.mil/brac/docs/04_0_body032403.pdf Acesso em 10
de agosto de 2004.

Situação Emergencial no Haiti

Análise
Segurança

Vinicius Alvarenga
07 de outubro de 2004

Os graves problemas sociais e humanitários e a instabilidade política exaltam a importância da presença das forças das Nações Unidas no Haiti.

O Haiti é o país mais pobre do Ocidente e um dos países mais pobres do mundo. 80% de sua população vive abaixo da linha da pobreza e muitos sofrem com a fome e com a mal-nutrição. O país sofre com uma instabilidade política, agravada com a saída do presidente Jean-Bertrand Aristide em fevereiro de 2004. Gerard Latortue assumiu o cargo de presidente interino e deverá ficar até as eleições – programadas inicialmente para Janeiro de 2005. Forças da ONU, comandadas pelo Brasil, têm a missão de estabilizar o país e prover ajuda humanitária necessária para o bem-estar da população.

Para controlar a situação de instabilidade, as tropas das forças de manutenção da paz (*peace keeping*) da ONU – MINUSTAH, sua sigla – tornaram-se responsáveis pela segurança, pois o governo haitiano está incapacitado de lidar com a crise humanitária, conforme o site ICG.

Após a passagem da tempestade tropical, intitulada Jeanne, a situação da segurança deteriorou-se ainda mais no Haiti. Enchentes e inundações mataram mais de 1.500 pessoas e deixaram cerca de 900 desaparecidos e 300.000 desabrigados. Em várias partes do país, água potável e alimentos se tornaram escassos. Estradas foram destruídas e algumas cidades só estão acessíveis por via aérea.

Uma das cidades com maiores problemas e uma das mais atingidas pela tempestade

é Gonaives. Praticamente não há a presença da polícia nacional haitiana na cidade e os residentes presenciam lutas e violência pela disputa de alimentos e provisões humanitárias, com gangues atacando depósitos e caminhões com estoques humanitários. A briga por comida se assoma aos conflitos políticos para aumentar ainda mais a situação de insegurança em todo o Haiti.

A fome assola o país, principalmente após as enchentes que destruíram os campos férteis e as plantações. Com a violência, fica cada vez mais difícil a distribuição de comida para a população. A miséria contribui para piorar ainda mais a situação. Há possibilidade de epidemias devido à falta de saneamento, à água suja e à presença de corpos de pessoas mortas pelas ruas. Não há médicos, hospitais e remédios para todos.

O desarmamento planejado para setembro – conforme um acordo do governo com rebeldes e ex-soldados, que liberava da condenação à prisão os que se desarmassem – não obteve nem um progresso e o Haiti ainda abriga diversos grupos armados considerados ilegais, como os apoiadores do ex-presidente Aristide. O presidente interino Gerard Latortue tem sido criticado por formar alianças com os rebeldes. Esta situação ameaça gravemente a segurança do país e coloca para as forças da ONU maiores empecilhos. O pessoal das Nações Unidas encarregado da segurança e da

manutenção da paz, tem ainda que cuidar da distribuição da ajuda humanitária, realizar o serviço de polícia, combater grupos armados e atuar onde as instituições haitianas falham, como setores de saúde, energia e saneamento básico.

Vários protestos de grupos favoráveis ao ex-presidente Aristide contra tropas oficiais vêm ocorrendo. Recentemente o presidente do senado haitiano Yvon Fuille e outros dois políticos, membros do partido Família Lavalas, foram presos acusados de planejar atos violentos e relacionados à morte de três policiais. Alguns grupos pró-Aristide acusaram o governo interino de perseguição política.

Os conflitos entre tropas oficiais governamentais contra ex-soldados e rebeldes são comuns no país. Protestos pela volta de Aristide, exilado na África do Sul, já mataram ao menos 18 pessoas nesta semana na capital Porto Príncipe e em Gonaives, sendo sete oficiais da polícia haitiana. Os protestos já se assemelham às insurgências comuns no Iraque. Recentemente alguns manifestantes ameaçaram jornalistas de seqüestro e três policiais já foram decapitados. A recente manifestação, inclusive, recebeu o nome de operação Bagdá. Os protestos também são para a retirada das tropas invasoras no país.

Com todos estes problemas, vimos que o Haiti necessita realmente de uma intervenção humanitária pela ONU. As instituições haitianas não funcionam corretamente, a crise política impede uma maior definição de políticas e o melhor controle da situação. Grupos armados permanecem realizando confrontos e a polícia e o exército nacional são incapazes de conter tais ameaças. A população extremamente pobre sofreu e sofre, ainda, com diversas calamidades, como enchentes devido às chuvas fortes e com a tempestade tropical recente.

A presença das tropas da ONU, comandadas pelo Brasil, é imprescindível. Se alguns criticam a intervenção militar

em um país soberano, não há como negar a necessidade de auxílio humanitário, possível somente com a mínima garantia de segurança militar.

O Brasil tem pela frente uma dura missão no Haiti: prover ajuda humanitária, manter a segurança, possibilitar uma estabilidade política e a realização de eleições diretas no país. Talvez seja uma das missões mais difíceis assumidas pelo exército brasileiro mais recentemente, mas é de suma importância para o Haiti que seja bem sucedida tal missão. E é também importante para as ambições do governo brasileiro de assumir um posto permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Referência

Haiti News

<http://www.haiti-info.com/>

ICG - International Crisis Group

<http://www.icg.org/home/index.cfm>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com/>

Argentina, a dívida externa e o FMI: um novo paradigma?

Análise
Economia e Comércio / Desenvolvimento

Prof. Javier Alberto Vadell
08 de outubro de 2004

A recente negociação do Governo argentino com o FMI tem algumas implicações para América Latina. Numa situação de recuperação da economia Argentina, mesmo em situação de “default”, o acordo assinado favorece mais os objetivos de crescimento do que as exigências por ajuste. Nesse sentido, o artigo salienta a “nova” postura do governo argentino frente aos organismos multilaterais e frente aos credores internacionais.

Em 20 de setembro de 2003, depois de mais de 20 meses de viver em situação de “default”, a Argentina formalizou um acordo ímpar com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O FMI, surpreendentemente, mostrou-se muito flexível à proposta Argentina. Os pontos mais importantes defendidos pela Argentina e que foram contemplados pela instituição são:

a) Prevê-se um superávit fiscal de 3% (O FMI queria de 4,5 ou mais)

b) Não há prazos para o ajuste das tarifas públicas das empresas que foram privatizadas durante o governo Menem - 1989-1999 - (O FMI queria um cronograma imediato para ajustar as tarifas, que foram congeladas depois da moratória unilateral do efêmero presidente Rodríguez Saa, e da desvalorização do peso).

c) O FMI assinou a Carta de Intenção antes da Argentina ter acordado com os credores privados.

Em suma, foram financiados mais de 20 bilhões de dólares com o compromisso de pagar os juros da dívida com as organizações multilaterais.

d) Outro ponto relevante que mostra a flexibilidade do FMI para o caso Argentino é que na Carta de Intenção nota-se uma mudança na linguagem: condiciona-se o superávit fiscal primário¹ a objetivos de crescimento sócio-econômico. Especificamente, existe uma cláusula que expressa que: para determinar o superávit fiscal nos próximos anos avaliar-se-ão os “níveis de crescimento, o aumento do emprego e os objetivos de equidade social²”.

A questão que se coloca é por que o FMI internacional mudou tão radicalmente sua postura “ortodoxa” e rígida com respeito aos acordos em geral, e com a Argentina em particular? Isto significa uma negociação isolada atendendo a um caso específico ou a uma mudança de paradigma nas negociações por parte do Organismo financeiro?

¹ Superávit fiscal primário é a diferença entre todas as receitas e gastos públicos, descontado deste último o pagamento de juros sobre a dívida pública

² Extraído do jornal Clarín, 21/09/2003. Segundo esse jornal, o ponto referido foi uma exigência do Presidente Nestor Kirchner

Alguns elementos devem ser sinalizados para, pelo menos, tentar responder de forma provisória a essas perguntas.

Em primeiro lugar, pode-se falar que o caso argentino foi o exemplo mais radical de implementação de políticas econômicas neoliberais segundo os preceitos do denominado “Consenso de Washington”, no começo da década de noventa. A partir de 1995 (após a crise do México de fins de 1994) o país entrou numa recessão profunda e constante até final da década. A crise econômica virou crise social (crescimento da desigualdade social, desemprego superior ao 20% da população, mais da metade da população vivendo abaixo do nível de pobreza, etc) e política, o que derivou numa revolta popular e na renúncia do Presidente Fernando de la Rúa a fins de 2001. Argentina tinha sido um modelo exemplar de reformas econômicas para o FMI durante todo o Governo Menem (1989-1999). Nessa direção, o país mostrou-se sempre muito obediente quando se tratava de aplicar planos de ajuste ortodoxo para obter financiamento do FMI.

Nesse sentido e a simples vista, parece que o colapso do modelo argentino de reforma neoliberal com taxa de câmbio³ fixa, cujo resultado foi a moratória unilateral e a desvalorização da moeda, deve ter criado uma corrente de autocrítica nos Organismos Financeiros Multilaterais Internacionais. Contudo, o fato mais importante da negociação Argentina-FMI foi o apoio explícito do governo norte-americano de George W. Bush ao novo presidente Nestor Kirchner para negociar e fechar o acordo com o FMI, segundo os objetivos de crescimento propostos pela equipe argentina.

Um terceiro ponto a destacar é que a

³ A taxa de câmbio fixa foi implementada a partir da lei de Conversibilidade do Ministro Domingo Cavallo em 1991. Isto é, atrelava-se o peso ao dólar norte-americano: 1 peso passava a valer, por lei, 1 dólar

projeção do crescimento da Argentina para esse ano será de quase 7%. As vendas cresceram, a construção cresceu 36,5% respeito ao mesmo período do ano anterior e a atividade industrial 1,8% (de janeiro a setembro), todo isso impulsionado, principalmente, por uma reativação interna depois de ter experimentado no ano de 2001 um crescimento negativo de -11%. Mas não foi só o crescimento, os depósitos aumentaram e os capitais não pararam de ingressar ao país. Nesse sentido, o Ministro da Economia Lavagna aplicou uma espécie de controle de capitais financeiros (obrigação de ficar 180 dias no país) para evitar a sobrevalorização do peso com respeito ao dólar.

Como um país em moratória e com o sistema financeiro desarticulado e em crise consegue se recuperar e começar a crescer muito antes do previsto pelos analistas econômicos? A intenção não é responder a essa questão, mas apontar os fatos. O bom exemplo do FMI dos noventa fracassou e tornou-se, a começos de 2002, num país em rebeldia. Argentina é um mau exemplo para os mercados: a moratória unilateral e a drástica desvalorização são prova disso. Nesta situação de crescimento e recuperação da economia argentina, esse mau exemplo não pode tornar-se um “bom” exemplo para outras nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento.

Em outras palavras, o fracasso do modelo neoliberal na região – e o caso argentino que pode ter agido como catalisador – provocou, por um lado, uma mudança de critérios pragmáticos por parte do FMI, e por outro, uma virada na forma de abordar os aspectos econômicos por parte do governo argentino. Depois da crise política e institucional de 2001, num ambiente de crise econômica (cambial, financeira/bancária, fiscal, etc.) a economia é colocada como um assunto de segurança.

O discurso do presidente argentino

Kirchner frente à Assembléia Geral das Nações Unidas em 25 de setembro salienta vários pontos relevantes: a Pobreza e a desigualdade crescente, o desenvolvimento, a eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias por parte dos países dos países industriais avançados, a necessidade de um redesenho dos organismos multilaterais de crédito, a questão das ilhas Malvinas, e, finalmente, um posicionamento contrário ao unilateralismo na luta contra o terrorismo .

Assim expressado parece um discurso preocupado por questões basicamente econômicas, contudo, tem um elemento que atravessa todo o discurso, um eixo central. A questão de segurança. O discurso de Kirchner é um discurso em consonância com os tempos que correm, principalmente após o 11 de setembro. Em outros termos, é um discurso pragmático, com todo o sentido positivo ou negativo que essa expressão possa significar.

Segurança não é só “um conceito militar, mas reconhece como prévio um cenário político, econômico, social e cultural” . Nesse sentido, o problema econômico e financeiro da Argentina com os credores externos e com o FMI – que é também, em grande medida, o problema do Brasil e da América Latina como um todo – é colocado não em termos de uma lógica econômica a ser respeitada, mas em termos da “crua” questão da segurança.

Para os países avançados, o desenvolvimento das nações periféricas deveria ser uma questão que implique a segurança dos primeiros “e não só de sensibilidade social”. Por outro lado, a segurança apresenta-se como o elemento fundamental para a sobrevivência, especificamente na América Latina, do Estado argentino num período de crise, transformações e mobilizações populares como resposta a reiteradas políticas de ajuste e esvaziamento do Estado (os casos de Argentina e recentemente da Bolívia não podem ser vistos como fatos

isolados). Nesse sentido, a postura do governo brasileiro se aproxima ainda da postura Argentina em temas relevantes como: o fortalecimento e a avanço do Mercosul, o crescimento e desenvolvimento equitativo da região, a negociação para que se eliminem barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio por parte dos países avançados, e a negociação com os credores internacionais e com o FMI a respeito da questão da dívida externa.

Referência

WILLIAMSON, John (1990). “**What Washington Means by Policy Reform**”, in: Williamson (ed.) *Latin American Adjustment: How Much has Happened?*, Institute for International Economics, Washington, DC, pp7-20.

[Clarín](#)

[INDEC](#)

[ONU](#)

Negociações sobre a inspeção da AIEA no Brasil

Resenha
Segurança

Liz Lacerda
28 de setembro de 2004

Marcada para 18 de Outubro próximo, a inspeção pela Agência Internacional de Energia ainda necessita acordo e sofre pressão de *experts* americanos.

Há uma semana representantes do Mercosul e da União Européia (UE) retomaram as negociações para um Acordo de Associação Inter-regional entre os dois blocos. As negociações estavam suspensas desde julho deste ano, em razão da insatisfação do Mercosul relativas às propostas feitas pelos europeus. O Acordo prevê uma maior liberalização comercial entre os blocos, passando pelo aumento de cotas, redução de tarifas de exportação e de licitações para compras do Governo.

O Mercosul enviou sua proposta aos representantes da UE no dia 24 de setembro. Elas consistiam na abertura de 90% do comércio do bloco para os europeus - sendo a maioria com tarifa zero -, preferência para empresas européias na participação de licitações públicas - depois de observadas as preferências para empresas nacionais e do próprio Mercosul -, e abertura nas áreas de telecomunicação e financeira a prestadores de serviços europeus. Com efeito, mesmo nos itens "serviços" e "compras governamentais", áreas sensíveis para os europeus, melhorias puderam ser observadas na nova proposta. Em nota oficial, o Ministério de Relações Exteriores do Brasil - país que exerce a presidência semestral do bloco -, diz esperar que a proposta melhorada da

União Européia também contemple os interesses do bloco sul-americano, principalmente em relação aos produtos agrícolas.

Contudo, acerca da proposta da União Européia, apresentada no dia 29 de setembro, o Ministério de Relações Exteriores do Brasil divulgou uma avaliação preliminar, considerando-a "aquém" de ofertas anteriores. Segundo a avaliação, a proposta européia situa-se a um nível aquém daquilo que já havia originalmente sido formalizado ao Mercosul, na oferta apresentada em maio último, porque repete valores de quota anteriormente oferecidos e introduz novas condicionalidades.

O comunicado conclui dizendo que "o Brasil, em conjunto com os parceiros do Mercosul, continuará a buscar um acordo justo e equilibrado com a União Européia. Entretanto, tal acordo só será possível se propiciar ganhos para as duas partes. Tal como ora se apresenta, significa concessões muito grandes pelo Mercosul sem a contrapartida necessária em concessões equivalentes da UE".

Segundo o embaixador brasileiro Régis Arslanian, responsável pelas negociações com a União Européia, se não houver uma mudança na oferta do bloco europeu que propicie mais acesso a esse mercado, não haverá interesse por parte do Mercosul

em fechar o acordo. Arslanian diz que uma das coisas que o Mercosul precisa é saber se a oferta melhorada agrícola incluirá, entre outros produtos, açúcar e derivados do leite. E por outro lado, assegurou que o Mercosul pode melhorar pela quarta vez o acesso ao mercado de serviços e de compras governamentais, pontos sensíveis para a UE, sobre os quais há uma projetada intenção de acordo bilateral em 2005.

O prazo estabelecido para a firma do tratado de livre comércio entre o Mercosul a União Européia é até o dia 31 de outubro - data em que a Comissão de Comércio da União Européia será renovada e os principais negociadores desse acordo até então serão substituídos. Com isso, é possível que alguns pontos da negociação tenham que ser rediscutidos. Ambos os blocos esperam agora as novas ofertas e uma reunião entre o atual comissário de comércio da UE, Pascal Lamy, e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim está agendada para o fim deste mês.

Celso Amorim, após reafirmar sua intenção de mostrar interesse continuado no avanço da negociação, declarou ontem "As ofertas ainda são insuficientes, qualquer gesto adicional terá que ser condicionado a melhoras substantivas. Um acordo definitivo seria excelente. Mas, se não for possível, podemos deixar tudo encaminhado para continuarmos com a nova comissão".

Uma reunião com os quatro chanceleres dos países membros do Mercosul será realizada dia 8 de outubro, no Rio de Janeiro. Nela será discutida, entre outras coisas, a ampliação do intercâmbio comercial entre Mercosul e União Européia. E nos dias 19 e 20 de outubro serão realizadas duas reuniões entre os representantes dos dois blocos, nas quais serão apresentadas as novas propostas.

Referência

Sites

Clarín -

<http://www.clarin.com.ar>

El Diario -

<http://www.eldiario.cl>

La Nación-

<http://www.lanacion.com.ar>

Mercocidades -

<http://www.mercociudades.org>

Mercosul -

<http://mercosur.org.uy>

Ministério de Relações Exteriores do Brasil

<http://www.mre.gov.br>

RadioBrás -

<http://www.radiobras.gov.br>

Colômbia: política de segurança de Alvaro Uribe

Resenha
Segurança / Integração Regional

Layla Dawood
30 de setembro de 2004

A atual política de segurança do governo colombiano levanta questionamentos quanto às suas perspectivas de eficácia, principalmente no que tange à contenção das atividades ilegais no âmbito das regiões fronteiriças.

Nos últimos dois anos, o presidente colombiano, Alvaro Uribe, elegeu a segurança como prioridade de governo, dando início a uma campanha militar ofensiva de combate aos grupos armados ilegais atuantes na Colômbia, dentre os quais destacam-se: FARC (Forças Armadas Revolucionárias Colombianas), ELN (Exército de Libertação Nacional), traficantes de drogas e paramilitares da AUC (Autodefesas Unidas da Colômbia).

Investiu-se, primordialmente, no treinamento das forças de segurança colombianas e na melhoria de seus equipamentos e táticas de atuação, visando a possibilitar o alcance de áreas antes inteiramente controladas por aqueles grupos. Afora a ajuda dos EUA, que, além do aporte financeiro, contribuiu com equipamentos especializados, aviões e embarcações rápidas; a política de segurança de Alvaro Uribe, em comparação com o ano de 2001, resultou em um aumento de 33% nos gastos públicos militares.

No começo de 2004, foi lançada uma nova etapa da campanha de contenção dos grupos armados ilegais, sob a denominação de Plano Patriota. Este consistia, de início, no envio de 17 mil

tropas às florestas localizadas no sul do país, onde majoritariamente se refugiam e atuam tais grupos. Recentemente, o Plano Patriota teria sido expandido para todo o território colombiano no intuito de forçar tais grupos à mesa de negociação.

Nesse sentido, tiveram início negociações com as AUC visando a desmobilizar cerca de 9.000 de seus membros que controlam o norte da Colômbia. Até meados de 2004, logrou-se a retirada de 850 destes, sendo que foram proferidas, ainda, algumas declarações de intenção de retirada. No entanto, as AUC são acusadas de envolvimento com o tráfico de drogas, o que explicaria o ceticismo de parte da população colombiana quanto à possibilidade de sucesso das negociações. Ocorreram, igualmente, tentativas de negociação com o ELN, as quais se encontram em estágio ainda menos avançado. Quanto às FARC, o governo colombiano propôs, recentemente, a troca de reféns por 50 de seus membros presos. A proposta foi negada pelas FARC que demandam o retorno de Caquetá, uma de suas principais áreas de atuação, ao status de zona desmilitarizada. Não obstante, o sucesso do Plano Patriota é alardeado pelo governo colombiano.

Analistas internacionais apontam

problemas inerentes à política de segurança de Alvaro Uribe no que tange às fronteiras colombianas. Durante anos, o governo colombiano teria negligenciado as regiões fronteiriças, nas quais haveria uma carência de instituições estatais, sendo sua renda per capita 23% inferior à média do país. Dadas as condições de miséria a que se encontram submetidos os moradores locais e a conseqüente disponibilidade de mão-de-obra barata, somadas à negligência estatal no que se refere a políticas sociais, bem como de segurança, observou-se a concentração das plantações ilegais e de atividades como o tráfico de drogas e de armas nestas áreas. Progressivamente, grupos armados ilegais foram tomando o controle das mesmas.

Assim, cogita-se que o enfoque militar não será suficiente para a contenção de tais grupos, sendo necessário aliá-lo a políticas sociais e econômicas de superação das condições adversas que acabam por favorecer a perpetuação das atividades ilegais. O Plano Colômbia¹ buscou conciliar a destruição de plantações ilegais à criação de incentivos financeiros aos fazendeiros locais para sua substituição por plantações legais. Contudo, tais incentivos não se mostram suficientes para conter o re-plantio após a destruição forçada.

A concentração de grupos armados ilegais nas regiões fronteiriças resulta em uma série de problemas para os países vizinhos, especialmente para Venezuela e Equador. Paramilitares cruzam freqüentemente as fronteiras colombianas, utilizando-se dos territórios venezuelano e equatoriano para armazenagem de drogas e abrigo em caso de fuga. Além disso, atividades ilegais como seqüestros de nacionais daqueles países são exercidas além das fronteiras colombianas no intuito de angariar fundos.

A situação deteriora-se na medida em que os grupos armados disputam entre si o controle das plantações e, principalmente,

das rotas de escoamento localizadas nas regiões fronteiriças. Os recursos angariados com o tráfico financiam mais armamentos e munição, resultando no aumento da violência nas fronteiras. Em conseqüência, Venezuela e Equador acabam recebendo um número considerável de refugiados colombianos.

Tendo o problema ultrapassado as fronteiras colombianas, além de iniciativas unilaterais como o Plano Patriota, esforços conjuntos de Colômbia, Venezuela e Equador seriam necessários para uma política mais efetiva de contenção da atuação dos grupos armados na região. Contudo, a política de segurança adotada pelo presidente colombiano, com o apoio dos EUA, não parece agradar às lideranças venezuelanas, nem tampouco às equatorianas. Além disso, ambos os países oferecem resistência ao aumento dos gastos com segurança na fronteira com a Colômbia

Referência

[Crisisweb](#)

Mercosul: inovações internas e externas

Resenha
Economia e Comércio / Desenvolvimento / Integração Regional

Camila Penna
01 de outubro de 2004

O Mercosul negocia um acordo de livre comércio com a União Européia e ao mesmo tempo revê organização interna no marco de sua primeira década de funcionamento.

Há uma semana representantes do Mercosul e da União Européia (UE) retomaram as negociações para um Acordo de Associação Inter-regional entre os dois blocos. As negociações estavam suspensas desde julho deste ano, em razão da insatisfação do Mercosul relativa às propostas feitas pelos europeus. O Acordo prevê uma maior liberalização comercial entre os blocos, passando pelo aumento de cotas, redução de tarifas de exportação e de licitações para compras do Governo.

O Mercosul enviou sua proposta aos representantes da UE no dia 24 de setembro. Elas consistiam na abertura de 90% do comércio do bloco para os europeus – sendo a maioria com tarifa zero –, preferência para empresas européias na participação de licitações públicas, depois de observadas as preferências para empresas nacionais e do próprio Mercosul, e abertura nas áreas de telecomunicação e financeira a prestadores de serviços europeus. Com efeito, mesmo nos itens "serviços" e "compras governamentais", áreas sensíveis para os europeus, melhorias puderam ser observadas na nova proposta. Em nota oficial, o Ministério de Relações Exteriores do Brasil – país que exerce a presidência semestral do bloco –,

diz esperar que a proposta melhorada da União Européia também contemple os interesses do bloco sul-americano, principalmente em relação aos produtos agrícolas.

Contudo, acerca da proposta da União Européia, apresentada dia 29 de setembro, o Ministério de Relações Exteriores do Brasil divulgou uma avaliação preliminar, considerando-a "aquém" de ofertas anteriores. Segundo a avaliação, a proposta européia situa-se a um nível aquém daquilo que já havia originalmente sido formalizado ao Mercosul, na oferta apresentada em maio último, porque repete valores de quota anteriormente oferecidos, mas introduz novas condicionalidades.

O comunicado conclui dizendo que “o Brasil, em conjunto com os parceiros do Mercosul, continuará a buscar um acordo justo e equilibrado com a União Européia. Entretanto, tal acordo só será possível se propiciar ganhos para as duas partes. Tal como ora se apresenta, significa concessões muito grandes pelo Mercosul sem a contrapartida necessária em concessões equivalentes da UE. Uma vez efetuada a avaliação por parte dos órgãos do Governo brasileiro e dos sócios do Mercosul, continuaremos mantendo consultas com a parte européia para dar

continuidade ao processo negociador”.

Segundo o embaixador brasileiro Régis Arslanian, responsável pelas negociações com a União Européia, se não houver uma mudança na oferta da UE que propicie mais acesso ao mercado europeu, não haverá interesse por parte do Mercosul em fechar o acordo. Arslanian diz que uma das coisas que o Mercosul precisa é saber se a oferta melhorada agrícola incluirá, entre outros produtos, açúcar e derivados do leite. E por outro lado, assegurou que o Mercosul pode melhorar pela quarta vez o acesso ao mercado de serviços e de compras governamentais, pontos sensíveis para a UE, sobre os quais há uma projetada intenção de acordo bilateral em 2005.

Em que pesem os avanços comerciais obtidos desde sua criação – notadamente os vários produtos comercializados com tarifa zero e que fazem parte da União Aduaneira incompleta – o Mercosul ainda enfrenta uma série de problemas internos que podem fragilizá-lo quando da negociação com outras partes, como no caso da UE.

Como verificado recentemente, no caso dos eletrodomésticos – geladeiras, televisores e fogões – a não restrição ao comércio pode prejudicar os setores produtivos equivalentes do outro país. Portanto, nesse caso, foram negociadas cotas de exportação desses produtos do Brasil para a Argentina, e iniciaram-se conversações entre os setores produtivos de ambos os países para construção de uma cadeia de produção no setor – incentivadas pelos respectivos governos.

O setor automobilístico, o qual ainda não foi incluído na lista de produtos com tarifa zero, está sendo tratado de forma similar. Tanto por iniciativa do governo argentino, quanto por parte das indústrias produtoras de automóveis e peças, nota-se um incentivo para a especialização e formação de cadeias de produção, antes da abertura para o mercado brasileiro.

Para lidar com esses tipos de problemas,

de ordem comercial e institucional, reuniões estão sendo realizadas entre os ministros e chefes de estado dos países membros. O objetivo é a reformulação de alguns pontos do Protocolo de Ouro Preto, de 1994, antes da cúpula de dezembro, dez anos após a criação do bloco. O resultado dessas reuniões – que ocorreram no Rio de Janeiro há duas semanas e serão realizadas ainda em Buenos Aires e em outra cidade – é um documento que recebe o nome provisório de Ouro Preto II.

Nele estariam incorporadas as propostas feitas pelo ministro da economia argentino Roberto Lavagna, nomeadamente: mecanismos de compensação em caso de ajustes da macroeconomia, equalização ou redução dos prêmios impositivos e financeiros às empresas brasileiras e integração das cadeias produtivas. Além dessas reformas comerciais, se prevê também uma série de reformas institucionais, como por exemplo a definição mais precisa da Comissão de Representantes Permanentes, sediada em Montevidéu e presidida atualmente por Eduardo Duhalde.

Referência

[Clarín](#)

[El Nacional](#)

[La Nación](#)

[mercociudades.org](#)

[mercosur.org.uy](#)

[mre.gov.br](#)

[radiobras.gov.br](#)

Paquistão e o terrorismo

Resenha
Segurança

Bernardo Hoffman Versieux
06 de outubro de 2004

Enquanto a posição oficial do país é a de combate ao terrorismo aliado aos Estados Unidos, grande parte da população apóia e milita junto a grupos fundamentalistas islâmicos, entre esses, a Al Qaeda.

Desde o início da invasão do Afeganistão pelos Estados Unidos em 2001, o Paquistão tornou-se um aliado fundamental na "luta contra o terrorismo". A região noroeste do país, fronteira com o Afeganistão, é reduto de grupos terroristas fundamentalistas islâmicos. O governo já prendeu e assassinou centenas de terroristas nessa região e vários eram membros da al Qaeda.

Apesar de todo o apoio do Estado na procura de terroristas, grande parte da população é contrária ao governo e ajuda os grupos terroristas a se organizarem. Essa população ajuda geralmente de duas maneiras: fornecendo mantimentos e fornecendo esconderijos. O serviço secreto local acredita que os grupos terroristas sofrem significativas baixas com as ações do governo, mas os mesmos aliciam rapidamente jovens paquistaneses engajados na causa fundamentalista. Dessa forma, as ações governamentais estão pautadas na perseguição dos grandes líderes a fim de desestruturar esses grupos.

O presidente paquistanês General Pervez Musharraf reiteradamente reafirma o posicionamento do país de combate ao terrorismo em seus discursos e entrevistas. Analistas internacionais acreditam que esse comportamento tenha o objetivo de dar uma legitimidade maior

ao seu governo em âmbito internacional. Musharraf assumiu o governo após uma disputa acirrada pelo poder no ano de 1999 e detém até hoje os cargos de chefe de Estado e chefe das Forças Armadas, o que não é permitido pela constituição paquistanesa.

O governo está promovendo também ações para que o regime se torne mais democrático. Há uma tendência que Musharraf desocupe o cargo de chefe das Forças armadas e que transfira vários cargos para a população civil, como deseja a oposição. Com relação a política externa, o governo apresenta-se mais tolerante e disposto a por fim às disputas com a Índia sobre a Caxemira de forma pacífica.

O Paquistão aproximou-se da ordem internacional estadunidense através dessas mudanças políticas, mas afastou-se de grande parte da população, principalmente na região noroeste do país. Essa política de conformidade com o sistema internacional provocou o descontentamento de grande parte da população e instigou os grupos fundamentalistas islâmicos a atuarem de forma incisiva contra o governo. O próprio presidente Musharraf já foi vítima de dois atentados terroristas.

Prisões e assassinatos de importantes líderes dos grupos terroristas no norte do país durante esses três anos são avaliados por analistas internacionais como prova

de que a região abriga os terroristas mais procurados. Acreditam ainda que esse território vem sendo utilizado como base para diversos grupos terroristas se organizarem, principalmente a al Qaeda. O próprio serviço secreto paquistanês admite a possibilidade de que Osama Bin Laden esteja dentro do território nacional.

Nesse contexto, o Paquistão encontra-se num momento de grande instabilidade política causada por pressões internas e pressões externas. A questão externa é relacionada ao desenvolvimento de um processo de captura de terroristas mais eficiente, principalmente da rede terrorista al Qaeda. A questão interna é principalmente o controle da população contrária ao governo que realiza cada vez mais atentados terroristas no país. Essa situação compromete o processo do governo de uma possível democratização e especialistas afirmam que presidente Musharraf pode centralizar ainda mais o poder caso resultados mais favoráveis ao governo não ocorram em um futuro próximo.

Referência

Sites

BBC News -

<http://www.bbc.co.uk>

CNN -

<http://www.cnn.com>

Folha de São Paulo Online -

<http://www.folhaonline.com.br>

Washington Post -

<http://www.washingtonpost.com>

As taxas de crescimento econômico da América Latina voltam a subir

Resenha
Economia e Comércio

Jéssica Naime
08 de outubro de 2004

Depois da década de 90, quando se observou uma recessão na maioria dos países da América Latina, as taxas de crescimento econômico voltam a subir e muitos países conseguem reverter o déficit na balança comercial.

Para 2004, a previsão de crescimento econômico dos países da América Latina chega a 4,6%, taxa bem maior do que a observada na região em 2003, ano este em que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,6% foi equivalente ao crescimento populacional, ou seja, o crescimento da economia acompanhou exatamente o crescimento da população, que aumentou também em 1,6% no ano em questão. Segundo transparece o relatório anual de 2004 da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), esse crescimento econômico deve ser visualizado à luz dos ajustes macroeconômicos realizados pelos governos de muitos países latino-americanos em meados da década de 90, o que teria gerado um ambiente mais estável para os investimentos estrangeiros e moedas nacionais mais fortes.

Durante a década de 90, muitos países da América Latina, a fim de reverter o processo inflacionário que corroía suas economias, supervalorizaram a moeda ao fixar as taxas de câmbio com cotações próximas ao dólar. No entanto, apesar de se ter estabilizado os preços, as conseqüências para a balança comercial

foram drásticas: com a supervalorização da moeda, os produtos primários e manufaturados se tornaram menos competitivos no mercado internacional, reduzindo a demanda por estes produtos e culminando em profundos déficits. Assim, ao final da década de 90, as economias estavam deterioradas e uma redução do crescimento foi inevitável.

Vários governos optaram por manter altas taxas de juros e adotar políticas fiscais restritivas de forma a evitar que o processo inflacionário voltasse a permear suas economias. A maioria dos países adotou taxas de câmbio mais flexíveis e desvalorizou suas moedas. Tal fato não gerou novas taxas inflacionárias altas, e o aumento dos preços domésticos acabou por aumentar em menor proporção que as desvalorizações. Assim, conforme relatório da UNCTAD, pode-se concluir que a política de indexação da moeda contribuiu para certa estabilidade econômica na região, na medida em que as taxas de inflação não acompanharam a desvalorização, saindo-se, desta forma, de um círculo vicioso.

O ponto chave que levou à estabilidade da balança comercial de muitos países na região foi a alteração dos preços relativos no cenário internacional, culminando no

processo inverso que gerou a crise dos anos 90. Desta forma, com a desvalorização cambial, os países passaram a exportar mais e importar menos, em decorrência do aumento dos preços dos produtos importados. De acordo com o relatório da UNCTAD, a América Latina passou de um déficit na balança comercial de US\$ 23 bilhões em 2001, para um superávit de US\$ 28 bilhões em 2003.

Como consequência das desvalorizações cambiais, a política econômica dos países deixou de ser direcionada na manutenção das altas taxas de câmbio, permitindo uma realocação dos recursos governamentais, e uma redução substancial das taxas de juros. Com taxas de juros menores, a dívida pública de um país tende a se reduzir, e o crédito é ampliado e função da diminuição de seu custo. Entretanto, a maioria dos países da região constituiu sua política fiscal de forma a reduzir o déficit ao invés de estimular a atividade econômica do país. Isso explica, em grande medida, a taxa média de crescimento de 4% das economias latino-americanas, quando estas poderiam ser maiores se houvesse maiores investimentos e o gasto público fosse maior.

O consumo interno tem se mantido relativamente baixo, pois, em função de políticas fiscais restritivas, os salários nominais caem, reduzindo a renda interna. Destarte, o crescimento econômico é em grande medida restringido pelo ajuste fiscal, com altas metas de superávit primário estipuladas pelos governos, tendo como consequência um baixo nível de consumo interno. Nesse sentido, em consonância com o relatório da UNCTAD, o crescimento esperado para a América Latina em 2004 de em média de 4%, é mais um reflexo dos superávits da balança comercial e do volume crescente de investimentos estrangeiros - devido a constituição de um clima mais propício para tal, do que propriamente uma consequência de

investimentos do setor público nos países latino-americanos.

Entre os países da América Latina, o Brasil é um dos que apresenta menor taxa de crescimento para 2004, algo em torno de 4%. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil optou por uma política monetária contracionista, com grandes metas de superávit primário e altas taxas de juros, fatores que acabam por dificultando maiores investimentos. No entanto, o ajuste econômico promovido pelo país é visto com bons olhos pela organização, que acredita que tal ajuste lançará base para um crescimento sustentável de longo prazo.

Um caso *ad hoc* no contexto da América Latina é a Venezuela, cujo crescimento esperado é de cerca de 12%, o maior para o sub-continente. Contudo, este crescimento é sustentado pelas constantes altas no preço do petróleo, causadas dentre outros fatores pelo aumento da demanda da China pela *commodity* e pela instabilidade no Oriente Médio. Um crescimento sustentável no país irá prescindir um maior investimento e ajuste estrutural.

Segundo relatório divulgado pelo FMI, o crescimento mundial previsto para 2004 é de 4%, em contraste com os 2,6% em 2003 e os 3,5% previstos para 2005. O ritmo de crescimento mundial está diminuindo, porém este crescimento é mais sustentado e contínuo. Para os países em desenvolvimento, a média de crescimento esperado para o ano corrente é de 6%. Assim sendo, a taxa mundial de 4% deve ser entendida considerando os diferentes ritmos dos países. Estados Unidos e Japão apresentaram taxas decrescentes de crescimento, enquanto na Europa e América Latina observam-se maiores taxas com relação aos anos anteriores.

Apesar do clima de otimismo, o relatório sobre desenvolvimento do Banco Mundial aponta que a América Latina e a África continuam sendo as regiões com maiores limitações aos investimentos. Como

fatores limitadores de investimentos, o relatório cita os altos impostos, incertezas políticas e a legislação trabalhista. Em países emergentes, os investimentos estrangeiros desempenham papel importante no que tangem os investimentos para o desenvolvimento, em função da escassez de recursos dos tesouros nacionais.

De acordo com o relatório da UNCTAD, um aumento dos fluxos de investimento estrangeiro nesses países depende, em grande medida, de um combate às fragilidades estruturais e a configuração de um ambiente favorável para atrair tais investimentos, considerando a competição com outros países. O relatório aponta uma queda dos investimentos realizados na América Latina pelo terceiro ano consecutivo. No Brasil a redução dos investimentos foi da ordem de 39%, caindo de US\$ 16,6 bilhões em 2002 para US\$ 10,1 bilhões em 2003.

Referência

[Banco Mundial](#)

[BBC Brasil](#)

[FMI](#)

[UNCTAD](#)

Aproxima-se prazo estabelecido para conclusão do acordo de livre comércio entre Mercosul e UE

Resenha
Economia e Comércio

Camila Penna
08 de outubro de 2004

O prazo estabelecido para a conclusão de um acordo de livre comércio entre Mercosul e União Européia – dia 31 de outubro – aproxima-se e as negociações prosseguem de forma menos concertada do que se previa.

Há uma semana representantes do Mercosul e da União Européia (UE) retomaram as negociações para um Acordo de Associação Inter-regional entre os dois blocos. As negociações estavam suspensas desde julho deste ano, em razão da insatisfação do Mercosul relativas às propostas feitas pelos europeus. O Acordo prevê uma maior liberalização comercial entre os blocos, passando pelo aumento de cotas, redução de tarifas de exportação e de licitações para compras do Governo.

O Mercosul enviou sua proposta aos representantes da UE no dia 24 de setembro. Elas consistiam na abertura de 90% do comércio do bloco para os europeus – sendo a maioria com tarifa zero –, preferência para empresas européias na participação de licitações públicas – depois de observadas as preferências para empresas nacionais e do próprio Mercosul –, e abertura nas áreas de telecomunicação e financeira a prestadores de serviços europeus. Com efeito, mesmo nos itens "serviços" e "compras governamentais", áreas sensíveis para os europeus, melhorias puderam ser observadas na nova proposta. Em nota oficial, o Ministério de

Relações Exteriores do Brasil – país que exerce a presidência semestral do bloco –, diz esperar que a proposta melhorada da União Européia também contemple os interesses do bloco sul-americano, principalmente em relação aos produtos agrícolas.

Contudo, acerca da proposta da União Européia, apresentada dia 29 de setembro, o Ministério de Relações Exteriores do Brasil divulgou uma avaliação preliminar, considerando-a "aquém" de ofertas anteriores. Segundo a avaliação, a proposta européia situa-se a um nível aquém daquilo que já havia originalmente sido formalizado ao Mercosul, na oferta apresentada em maio último, porque repete valores de quota anteriormente oferecidos e introduz novas condicionalidades.

O comunicado conclui dizendo que “o Brasil, em conjunto com os parceiros do Mercosul, continuará a buscar um acordo justo e equilibrado com a União Européia. Entretanto, tal acordo só será possível se propiciar ganhos para as duas partes. Tal como ora se apresenta, significa concessões muito grandes pelo Mercosul sem a contrapartida necessária em concessões equivalentes da UE”.

Segundo o embaixador brasileiro Régis Arslanian, responsável pelas negociações com a União Européia, se não houver uma mudança na oferta do bloco europeu que propicie mais acesso a esse mercado, não haverá interesse por parte do Mercosul em fechar o acordo. Arslanian diz que uma das coisas que o Mercosul precisa é saber se a oferta melhorada agrícola incluirá, entre outros produtos, açúcar e derivados do leite. E por outro lado, assegurou que o Mercosul pode melhorar pela quarta vez o acesso ao mercado de serviços e de compras governamentais, pontos sensíveis para a UE, sobre os quais há uma projetada intenção de acordo bilateral em 2005.

O prazo estabelecido para a firma do tratado de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia é até o dia 31 de outubro - data em que a Comissão de Comércio da União Européia será renovada e os principais negociadores desse acordo até então serão substituídos. Com isso, é possível que alguns pontos da negociação tenham que ser rediscutidos. Ambos os blocos esperam agora as novas ofertas e uma reunião entre o atual comissário de comércio da UE, Pascal Lamy, e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim está agendada para o fim deste mês.

Celso Amorim, após reafirmar sua intenção de mostrar interesse continuado no avanço da negociação, declarou ontem "As ofertas ainda são insuficientes, qualquer gesto adicional terá que ser condicionado a melhoras substantivas. Um acordo definitivo seria excelente. Mas, se não for possível, podemos deixar tudo encaminhado para continuarmos com a nova comissão".

Uma reunião com os quatro chanceleres dos países membros do Mercosul será realizada dia 8 de outubro, no Rio de Janeiro. Nela será discutida, entre outras coisas, a ampliação do intercâmbio comercial entre Mercosul e União Européia. E nos dias 19 e 20 de outubro

serão realizadas duas reuniões entre os representantes dos dois blocos, nas quais serão apresentadas as novas propostas.

Referência

Sites

Clarín -

<http://www.clarin.com.ar>

El Diario -

<http://www.eldiario.cl>

La Nación-

<http://www.lanacion.com.ar>

Mercocidades -

<http://www.mercociudades.org>

Mercosul -

<http://mercosur.org.uy>

Ministério de Relações Exteriores do Brasil

<http://www.mre.gov.br>

RadioBrás -

<http://www.radiobras.gov.br>

Estados Unidos: Sistema Eleitoral

Especial
Sistema Político/Eleitoral

Bárbara Gomes Lamas
8 de Outubro de 2004

O processo eleitoral americano pode ser resumido em duas etapas: a escolha do candidato de cada partido a Presidente e a escolha do Presidente.

O processo eleitoral americano pode ser resumido em duas etapas: a escolha do candidato de cada partido a presidente (Primárias) e a escolha do presidente.

Primárias: são o processo de seleção interna de cada partido para escolher seu candidato que concorrerá à presidência. Os eleitores do partido (nas primárias) ou militantes (durante o caucus) elegem os delegados para a Convenção Nacional do partido ou votam diretamente no candidato, dependendo da legislação de cada estado. Os delegados escolhidos (número de delegados por estado depende das regras de cada partido) votam na Convenção e escolhem o candidato a presidente. A escolha do candidato a vice-presidente é feita pelo candidato a presidente e ratificada pelos convencionistas.

As primárias das eleições de 2004 acontecem no primeiro semestre (de 19 de janeiro a 08 de junho); as Convenções Nacionais acontecem em Boston, de 26 a 29 de julho (Democratas), e em Nova York, de 30 de agosto a 02 de setembro (Republicanos).

Na terça-feira seguinte à primeira segunda-feira de novembro dos anos eleitorais, os cidadãos votam nos eleitores que representam sua escolha para presidente e vice (na prática, as cédulas eleitorais vêm “eleitores para”, e não com a lista de nomes de cada eleitor). O candidato que receber a pluralidade do voto popular em um estado recebe todos os votos eleitorais (dos “grandes eleitores”) do estado - winner-take-all arrangement.

Na segunda-feira seguinte à segunda quarta-feira de dezembro, os eleitores de cada estado se reúnem nas capitais e depositam seus votos - um para presidente e um para vice. Os votos eleitorais são selados e enviados ao presidente do Senado, que abre e lê os votos diante das duas casas do Congresso, no dia 06 de janeiro subsequente. Os candidatos a presidente e a vice com a maioria dos votos eleitorais são declarados eleitos. No caso de empate, a House of Representatives decide o ganhador entre os três candidatos a presidente com mais votos, e o Senado decide o vice. No dia 20 de janeiro, presidente e vice tomam posse.

Número de eleitores (<i>electors</i>) por estado					
Alabama	9	Louisiana	9	Oklahoma	7
Alaska	3	Maine	4	Oregon	7
Arizona	10	Maryland	10	Pennsylvania	21
Arkansas	6	Massachussetts	12	Rhode Island	4
California	55	Michigan	17	South Carolina	8
Colorado	9	Minnesota	10	South Dakota	3
Connecticut	7	Mississippi	6	Tennessee	11
Delaware	3	Missouri	11	Texas	34
District of Columbia	3	Montana	3	Utah	5
Florida	27	Nebraska	5	Vermont	3
Georgia	15	Nevada	5	Virginia	13
Hawaii	4	New Hampshire	4	Washington	11
Idaho	4	New Jersey	15	West Virginia	5
Illinois	21	New México	5	Wisconsin	10
Indiana	11	New York	31	Wyoming	3
Iowa	7	North Carolina	15		
Kansas	6	North Dakota	3		
Kentucky	8	Ohio	20		

Referência

TOINET, Marie-France. **El sistema político de los Estados Unidos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

[How the Electoral College Works](#)

[United States Elections 2004](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Bernardo Hoffman Versieux; Camila Penna de Castro; Daniel Ferreira Mendes; Gabriel Pereira; Jéssica Naime; Layla Dawood; Liz Lacerda; Vinícius Betsur Alvarenga; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>